

# CIÊNCIA ABERTA E AVALIAÇÃO POR PARES EM PERIÓDICOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

*OPEN SCIENCE AND PEER REVIEW IN EDUCATION JOURNALS: CONTEMPORARY PRACTICES  
AND CHALLENGES*

<https://orcid.org/0009-0005-5520-8698>  Michel Gannam<sup>A</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-8660-1741>  Suzana dos Santos Gomes<sup>B</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-9803-1072>  Stéphane Silva<sup>C</sup>

<sup>A</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

<sup>B</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

<sup>C</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

**Recebido em:** 17 jul. 2025 | **Aceito em:** 08 out. 2025

**Correspondência:** Michel Gannam (michelgannam@gmail.com)

## Resumo

Este artigo investiga a incorporação dos princípios da Ciência Aberta em periódicos científicos da área da Educação no Brasil, com ênfase nas práticas de avaliação por pares aberta. O objetivo foi mapear e analisar a adesão a essas diretrizes em periódicos indexados na plataforma SciELO, a partir de uma abordagem exploratória e descritiva. Utilizou-se uma metodologia de coleta sistemática de dados, por meio da análise documental dos sites e políticas editoriais de periódicos selecionados. O referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem a comunicação científica e a Ciência Aberta, como Maia e Farias (2021), Ross-Hellauer (2017), Pinheiro (2014), entre outros. Os resultados revelam adesão a práticas como publicação contínua, uso de licenças abertas e aceitação de *preprints*. No entanto, constatarem-se limitações na adoção de inovações como a avaliação por pares aberta, no uso de Inteligência Artificial e nas práticas de acessibilidade. A pesquisa conclui que, apesar dos avanços, a consolidação de uma cultura científica aberta na área da Educação ainda enfrenta desafios importantes, exigindo políticas institucionais mais robustas e investimentos em formação técnica e ética editorial.

**Palavras-chave:** Ciência Aberta; avaliação por pares; periódicos científicos; educação; comunicação científica.

## Abstract

This article investigates the incorporation of Open Science principles in scientific journals in the field of Education in Brazil, with a special focus on open peer review practices. The main objective was to map and analyze the adoption of these guidelines in journals indexed on the SciELO platform, using an exploratory and descriptive approach. A systematic data collection methodology was employed through document analysis of journal websites and editorial policies. The theoretical framework is based on authors who discuss scientific communication and Open Science, such as Ross-Hellauer (2017), Pinheiro (2014), and Maia & Farias (2021). The results reveal strong adherence to practices such as continuous publication, open licenses, and the acceptance of preprints. However, limitations were identified in the adoption of innovations such as open peer review, the use of artificial intelligence, and accessibility measures. The study concludes that, despite some progress, consolidating an open scientific



culture in the Education field still faces significant challenges, requiring stronger institutional policies and investments in technical training and editorial ethics.

**Keywords:** Open Science; Peer review; Scientific journals; Education; Scientific communication.

## Introdução

Este artigo investiga a incorporação dos princípios da Ciência Aberta em periódicos científicos da área da Educação no Brasil, com ênfase nas práticas de avaliação por pares aberta. Pretendeu-se mapear e analisar a adesão a essas diretrizes em periódicos indexados na plataforma SciELO, a partir de uma abordagem exploratória e descritiva.

A Ciência Aberta tem se consolidado como um movimento fundamental para a democratização do conhecimento científico, promovendo práticas que visam à transparência, acessibilidade e reprodutibilidade dos processos de pesquisa. Dentre suas diretrizes, destacam-se o acesso aberto às publicações, o compartilhamento de dados e metodologias e a ampliação do diálogo entre a ciência e a sociedade. No campo da educação, tais princípios adquirem especial relevância, uma vez que a produção acadêmica se articula diretamente com práticas pedagógicas, políticas públicas e processos de formação crítica. Segundo Nascimento e Albagli (2019), suas práticas incluem dados abertos, cadernos de pesquisa, software livre, avaliação aberta, cultura *hacker* e outros. A Ciência Aberta fomenta a colaboração entre pesquisadores, fortalecendo a credibilidade das pesquisas e acelerando a inovação. É fundamental considerar o papel da ciência em nossa sociedade: ela promove avanços em diversas áreas, como educação, saúde, alimentação, meio ambiente, tecnologia e energia, melhorando a qualidade de vida e enriquecendo-nos intelectual e culturalmente. Ao responder a grandes questões e enfrentar desafios importantes do cotidiano, a ciência cria conhecimento e contribui para o aprimoramento da educação e da qualidade de vida das pessoas, reduzindo desigualdades e construindo pontes.

Uma das etapas da pesquisa científica refere-se à comunicação de seus resultados à comunidade acadêmica e à sociedade civil, sendo o periódico o principal formato de publicação de investigações e estudos diversos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2018) define o periódico como uma “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente”.

Adami e Marchiori (2005 *apud* Santana; Francelin, 2016, p. 6) destacam as principais atribuições do periódico científico: registrar, disseminar e comunicar o conhecimento; salvaguardar a prioridade das descobertas; estabelecer a propriedade intelectual; definir e

legitimar novas disciplinas e campos de estudo; servir como fonte de informação para novas pesquisas e trabalhos científicos; indicar a evolução de uma ciência; monitorar o progresso de atividades científicas realizadas por pesquisadores e instituições; e manter o padrão de qualidade da ciência.

Nesse contexto, é relevante indicar os gêneros textuais que os periódicos publicam. O SciELO (2022) estabelece que somente os seguintes tipos de documentos são indexados, publicados e incluídos em suas métricas de desempenho: adendo, artigo de pesquisa, artigo de revisão, artigo de dados, carta, comentário de artigo, comunicação breve, comunicação rápida, diretrizes ou normas, discurso, discussão, editorial ou introdução, ensaio, entrevista, errata, métodos, obituário ou registro, parecer de artigo aprovado, posicionamento ou pensamento coletivo, relato de caso, resenha crítica de livro, resposta, retratação, retratação parcial e outros (quando o conteúdo justifica a indexação, mas não se encaixa nas categorias anteriores).

Além disso, o trabalho editorial de uma publicação periódica envolve uma série de procedimentos e profissionais de espectro multidisciplinar. A equipe editorial deve ser composta pelo editor-chefe, editor-adjunto e editores de seção, além de outros profissionais técnicos, como tradutor, revisor de texto, diagramador, bibliotecário, técnico de informática e outros que garantam o funcionamento do periódico. A corpo técnico de um periódico científico organiza, conduz e controla fluxos e processos editoriais, além de acompanhar o desempenho da publicação como veículo de comunicação da comunidade científica. Em geral, a estrutura editorial é composta por duas instâncias principais: a comissão científica e a equipe editorial (Santana; Francelin, 2016).

A comissão científica inclui o editor-chefe, que lidera a equipe e decide sobre a aceitação de manuscritos; a comissão editorial, formada por especialistas que ajudam a definir políticas editoriais e a manter a qualidade científica; os editores de seção ou de área, que supervisionam a revisão de manuscritos em suas áreas de especialidade; e os avaliadores (pareceristas, *referees*), que revisam minuciosamente os manuscritos e influenciam as decisões de publicação com suas recomendações.

A equipe de produção editorial é responsável pelas questões técnico-administrativas e de pós-produção dos manuscritos. Suas atribuições incluem o gerenciamento da submissão e do fluxo de manuscritos, a coordenação da comunicação entre autores, editores e revisores,

além de cuidados com a formatação final, a revisão gramatical e ortográfica e a publicação, assegurando a conformidade com os padrões do periódico.

Santana e Francelin (2016) observam que a terminologia das funções e dos papéis editoriais não é padronizada. Assim, diferentes termos podem ser usados para descrever funções correspondentes, como “comitê científico” e “comissão científica” ou “editores de seção” e “editores de área”.

Nesse contexto, é importante sistematizar as diferentes funções que compõem o trabalho editorial em periódicos científicos, destacando suas atribuições específicas. O Quadro 1, a seguir, apresenta os principais papéis exercidos pelos periódicos, desde a comissão científica até a equipe técnica de produção, evidenciando a complexidade e a importância dessa estrutura para a qualidade e a credibilidade das publicações acadêmicas.

**Quadro 1 – Funções e atribuições do trabalho editorial em periódicos científicos**

| <b>Função</b>                             | <b>Atribuição</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Comissão científica ou conselho editorial | Define a política editorial, indica editores, elabora e acompanha projetos, aconselha sobre aprimoramentos na política editorial, padrões e ética. Garante a qualidade técnico-científica e a regularidade da publicação.                                                                                                                                                           |
| Editor-chefe                              | Coordena o processo editorial, zelando pelos padrões éticos e pela implementação da política editorial. Responsável pela execução da política editorial e pelo conteúdo científico do periódico e pela gestão editorial e coordenação do fluxo de trabalho junto à equipe.                                                                                                          |
| Editor de área ou editor de seção         | Revisa e acompanha a admissão de manuscritos submetidos ao periódico, sempre que solicitado pelo editor-chefe.                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Editor adjunto                            | Atua na preparação científica de originais nas áreas de sua especialidade, encomendando e encaminhando contribuições, analisando pareceres.                                                                                                                                                                                                                                         |
| Editor executivo ou assistente editorial  | Acompanha e executa as etapas do processo editorial junto aos editores, pareceristas e autores, assegurando o cumprimento dos prazos e a efetivação das melhorias contínuas do periódico e do manuscrito. Promove a divulgação da revista no meio acadêmico e profissional.                                                                                                         |
| Avaliador ou parecerista                  | Avalia e emite pareceres sobre os manuscritos submetidos ao periódico, recomendando a aprovação, a rejeição ou alterações para adequação do texto.                                                                                                                                                                                                                                  |
| Equipe de produção editorial              | Organiza e gerencia o fluxo de manuscritos, pareceres e comunicações com o conselho editorial; prepara o periódico para formato eletrônico e/ou impressão gráfica, atuando na revisão textual, padronização de citações e referências; diagramação; realiza o controle administrativo e financeiro; mantém o site/porta do periódico e promove sua difusão e divulgação científica. |

**Fonte:** Elaborado com base em Santana; Francelin, 2016, p. 8-9.

A composição da equipe editorial pode variar conforme os recursos da instituição responsável e o aporte financeiro destinado ao periódico. Periódicos com maior estrutura organizacional geralmente contam com uma equipe editorial ampla. Em contrapartida, periódicos com recursos limitados podem concentrar várias funções em número menor de profissionais, o que pode impactar a divisão de tarefas e o tempo necessário para a execução das etapas de produção e revisão. Independentemente da configuração, é fundamental que a equipe editorial assegure a qualidade técnico-científica, o cumprimento dos padrões éticos e a regularidade da publicação, para garantir a credibilidade e a relevância científica do periódico.

Esse modelo de comunicação científica, além de produzir e divulgar conhecimento, visa validar saberes por meio de publicações técnicas em periódicos, livros e anais de eventos. A validação desse conhecimento ocorre, entre outros processos, pela avaliação por pares de artigos científicos, que apresentam resultados de estudos e pesquisas conduzidos por estudiosos de todas as áreas do conhecimento.

Nesse âmbito, a avaliação por pares é um processo em que especialistas (pares) analisam manuscritos submetidos para publicação em temáticas de sua especialização. Esses especialistas recomendam ao editor-chefe do periódico se o artigo deve ser publicado, revisado ou rejeitado. Os avaliadores são selecionados pelo editor com base no tema do manuscrito; em alguns casos, no entanto, os periódicos solicitam que os próprios autores indiquem possíveis avaliadores. A avaliação por pares valida o conhecimento científico, mantém o nível de qualidade da literatura científica e assegura a credibilidade dos periódicos. Esse processo desempenha um papel crucial no desenvolvimento da ciência, funcionando como um mecanismo de garantia de confiabilidade e originalidade na literatura científica (Maia; Farias, 2021).

Existem, basicamente, quatro modalidades de avaliação por pares: simples cego (o avaliador e o editor conhecem a identidade do autor, mas o autor não sabe quem está avaliando seu manuscrito); duplo cego (apenas o editor conhece as identidades do autor e do avaliador); triplo cego (somente o editor-chefe conhece as identidades do editor de seção, do avaliador e do autor) e avaliação aberta (todos os envolvidos no processo têm suas identidades reveladas) (Guedes Farias; Santos, 2023). Neste artigo, nos concentraremos na definição, nas características e nas práticas da avaliação por pares aberta.

Ross-Hellauer (2017) explora a evolução dos estudos sobre avaliação aberta e afirma que esse tema ganhou impulso no meio acadêmico a partir da década de 1990, com um crescimento expressivo e um pico de discussões em 2015. Segundo o autor, ainda não há consenso sobre o conceito de avaliação por pares aberta. Em sua investigação, ele identificou 122 definições e sete características comuns: identidades abertas, pareceres abertos, participação aberta, interação aberta, divulgação dos manuscritos antes da revisão (*preprints*), revisão ou comentários após a publicação e uso de plataformas abertas. No próximo tópico, explicitamos detidamente cada uma dessas características.

A justificativa deste estudo baseia-se em duas perspectivas: científica e social. Do ponto de vista científico, destaca-se a importância do sistema de avaliação por pares na validação e credibilidade da produção científica. Já a perspectiva social ressalta os benefícios da avaliação por pares aberta, que contribui para avanços do conhecimento com impactos positivos nas mais diversas áreas, como tecnologia, medicina, indústria e educação.

A proposta de adoção das práticas da Ciência Aberta integra os critérios de qualidade estabelecidos pela coleção SciELO Brasil. Esses critérios abrangem múltiplas dimensões, desde a qualidade científica dos artigos até a gestão editorial dos periódicos, visando assegurar a credibilidade, a transparência e a excelência das publicações indexadas na plataforma. A avaliação adotada pelo SciELO considera aspectos técnicos, científicos e operacionais, incluindo políticas editoriais, regularidade de publicação, visibilidade e alinhamento com princípios da Ciência Aberta.

Em 2024, foi criado um consórcio nacional formado pelo SciELO, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujo objetivo foi o de fortalecer a gestão e o financiamento da biblioteca científica digital brasileira (CAPES, 2024; Marques, 2024).

Nesse contexto, o SciELO passou a exigir que os periódicos integrantes de sua coleção adotem, de forma gradual, diretrizes vinculadas à Ciência Aberta, com a meta de implementação plena até o final de 2025. Essa orientação abrange cinco dimensões: acesso aberto, *preprints*/publicação contínua, compartilhamento de dados, avaliação por pares aberta e diversidade, equidade e inclusão. A expectativa é que os periódicos incorporem todas essas dimensões, promovendo uma cultura editorial mais ética, inclusiva e transparente.

Diante da crescente relevância da Ciência Aberta, torna-se essencial compreender como os periódicos da área de Educação, especialmente aqueles vinculados a universidades brasileiras, têm incorporado seus princípios nas diretrizes editoriais e operacionais. Esta pesquisa, ao realizar uma coleta sistemática de dados, busca analisar essa adoção, mapeando avanços, identificando desafios e refletindo sobre caminhos possíveis para a consolidação de uma cultura científica mais aberta e colaborativa no contexto educacional brasileiro.

Para apresentar os resultados dessa investigação, este artigo está organizado em quatro seções principais, além desta introdução. Na primeira seção, apresenta-se um panorama histórico e conceitual sobre o movimento da Ciência Aberta e suas implicações para a comunicação científica, com ênfase nas práticas de avaliação por pares. A segunda seção discute os critérios de qualidade estabelecidos pelo SciELO e o contexto nacional de adesão às diretrizes da Ciência Aberta, especialmente no campo da Educação. A terceira seção descreve a metodologia adotada na pesquisa, incluindo os procedimentos de mapeamento e análise dos periódicos. Na quarta e última seção, são apresentados e discutidos os dados obtidos, seguidos das considerações finais, que sintetizam os resultados e apontam possibilidades para estudos futuros.

### **O movimento Ciência Aberta e a avaliação por pares em periódicos**

O cenário da comunicação científica tem passado por transformações significativas ao longo da história, moldado por avanços tecnológicos, mudanças sociais e pela própria evolução do conhecimento. Nas últimas décadas, os movimentos acesso aberto e, mais recentemente, a Ciência Aberta surgiram como modelos de compartilhamento de dados e resultados de pesquisa científica que desafiam padrões tradicionais de disseminação do saber, buscando democratizar o acesso à informação científica (Costa; Leite, 2016; Pinheiro, 2014).

Até meados do século 20, a publicação acadêmica permaneceu relativamente estável, com o objetivo primordial de disseminar os resultados da investigação científica de forma não lucrativa. A publicação de revistas e de livros acadêmicos era realizada por sociedades científicas ou editoras universitárias, que subsidiavam os custos da circulação do conhecimento. A partir da segunda metade do século 20, testemunham-se mudanças significativas no sistema de publicação acadêmica: editoras comerciais adotaram novas estratégias, focando nas vendas institucionais e no mercado internacional, aproveitando a expansão da investigação científica e do mundo universitário. Esse modelo foi posteriormente

replicado por outras empresas e influenciou também as práticas de editores não comerciais e acadêmicos (Rodrigues, 2020).

Nas últimas décadas do século 20, ocorreu um intenso movimento de aquisições e fusões no mercado editorial, resultando em uma grande concentração. Um número restrito de grandes grupos editoriais, como Springer-Nature, Elsevier, Wiley-Blackwell e Taylor & Francis, passou a controlar uma parcela significativa da publicação científica. Essa concentração, aliada a práticas comerciais que visavam o lucro crescente, levou à chamada “crise dos periódicos”. Essa crise diz respeito às assinaturas de periódicos, que se tornaram cada vez mais caras, em um ritmo superior ao crescimento dos orçamentos das universidades americanas, restringindo o acesso à informação científica (Autran; Borges, 2014; Rodrigues, 2020).

Paralelamente à crise dos periódicos, o surgimento e a rápida expansão da internet e das tecnologias em rede impulsionaram mudanças no paradigma da produção e comunicação científica. A internet possibilitou novas formas de criação, edição, distribuição, armazenamento, acesso e comunicação do conhecimento. Em 1989, Tim Berners-Lee concebeu a World Wide Web com o objetivo de facilitar o compartilhamento automatizado de informações entre cientistas, abrindo caminho para o desenvolvimento de publicações digitais, bibliotecas digitais, redes sociais e blogs, oferecendo alternativas ao modelo tradicional de publicação impressa (Autran; Borges, 2014; Rodrigues, 2020).

Em resposta à crise dos periódicos e aproveitando o potencial das novas tecnologias, surgiu o movimento acesso aberto, que representou uma das primeiras fortes reações planejadas e organizadas da comunidade científica, envolvendo uma variedade de atores (Pinheiro, 2014). As primeiras iniciativas concretas no sentido do acesso aberto incluíram a criação de repositórios de *e-prints* (*preprints* e *postprints*). O ArXiv, fundado por Paul Ginsparg, em 1991, no Laboratório Nacional de Los Alamos, foi um pioneiro nesse sentido. Inicialmente dedicado à física, o ArXiv expandiu-se rapidamente para incluir outras áreas como matemática e ciência da computação. A principal característica do ArXiv era o autoarquivo (*self-archiving*), em que os próprios autores depositavam suas comunicações, tornando-as acessíveis gratuitamente. Outra iniciativa importante foi o EPrints, da Universidade de Southampton, no Reino Unido (Autran; Borges, 2014; Costa; Leite, 2016; Pinheiro, 2014).

Um marco fundamental na formalização do movimento acesso aberto foi a Budapest Open Access Initiative (BOAI), lançada em 2002. A reunião de Budapeste teve como objetivo acelerar o progresso do esforço internacional para tornar os artigos de pesquisa em todos os campos acadêmicos livremente disponíveis na internet. A BOAI definiu o acesso aberto como o acesso on-line gratuito à literatura revisada por pares. As estratégias incluíam a criação de revistas de acesso aberto e o autoarquivo em repositórios institucionais ou temáticos (Autran; Borges, 2014; Costa; Leite, 2016; Pinheiro, 2014).

Em suma, o acesso aberto pode ser definido como a disponibilidade gratuita e irrestrita na internet de publicações científicas completas. Essa disponibilização elimina barreiras financeiras, legais e técnicas, permitindo que pesquisadores, estudantes, profissionais e o público em geral possam ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou utilizar de qualquer outra forma legal os trabalhos acadêmicos. Esse movimento surgiu como uma resposta às limitações impostas pelo sistema tradicional de publicação científica, especialmente no que concerne ao crescente custo das assinaturas de periódicos e às restrições de acesso à produção científica (Costa; Leite, 2016; Pinheiro, 2014; Rodrigues, 2020; Autran; Borges, 2014).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) tem sido uma instituição fundamental no apoio e estímulo ao acesso aberto no país, por meio do Manifesto do Acesso Livre à Informação Científica (2005) e de diversos instrumentos e iniciativas como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Diadorim e a incubadora INSEER. A BDTD, por exemplo, alcançou um número considerável de registros, tornando-se uma importante plataforma para a disseminação da produção acadêmica brasileira. Já o Diadorim auxilia autores, editores e gestores de repositórios na localização de informações sobre as políticas editoriais das revistas brasileiras em relação ao autoarquivo (Pinheiro, 2014).

Universidades brasileiras como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) também têm adotado políticas e criado repositórios institucionais, contribuindo para o avanço do acesso aberto no país. A Conferência Luso-Brasileira de Acesso Livre (Confoa), realizada alternadamente no Brasil e em Portugal, tem sido um importante espaço de discussão e compartilhamento de experiências sobre o tema (Pinheiro, 2014).

O movimento acesso aberto lançou as bases para uma transformação ainda mais ampla na forma como a ciência é feita e comunicada: a Ciência Aberta. Destaca-se que a abertura não se limita às publicações, mas abrange todo o processo de investigação, desde a concepção da pesquisa até a disseminação e reutilização dos resultados (Pinheiro, 2014).

Um dos pilares da Ciência Aberta é a abertura e o compartilhamento de dados de pesquisa. A disponibilidade de dados científicos permite a reutilização para novas análises, a verificação dos resultados publicados, a combinação com outros conjuntos de dados e a geração de novos conhecimentos. Iniciativas como o European COVID-19 Data Platform e o COVID-19 Data Set, durante a pandemia de covid-19, exemplificam o potencial do compartilhamento de dados em situações de emergência global (Pinheiro, 2014).

Nesse sentido, a curadoria digital emerge como um elemento crucial na gestão e preservação dos dados de pesquisa, garantindo seu acesso e reutilização a longo prazo. Relatórios da National Science Board (NSB) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destacaram a importância das coleções digitais de dados e a necessidade de políticas para seu acesso e preservação. No Brasil, autores como Sayão e Sales (2016) têm se dedicado à pesquisa sobre dados científicos e a curadoria digital.

A pandemia de covid-19 em 2020 serviu como um catalisador para a adoção de práticas do movimento Ciência Aberta. Houve, então, um aumento significativo na publicação de *preprints* nas áreas de biomédica, acelerando a disseminação de resultados de pesquisa. Editores e revistas tradicionais também disponibilizaram temporariamente conteúdo relacionado à covid-19 em acesso aberto. A pandemia demonstrou a eficiência da investigação realizada de modo aberto, colaborativo e transparente para o avanço da ciência e a geração de novo conhecimento. No entanto, também expôs problemas e limitações do sistema tradicional de comunicação científica (Rodrigues, 2020).

Esta reação à pandemia comprova, mais uma vez, o que os defensores da ciência aberta têm vindo a repetir, com sucesso limitado, há cerca de duas décadas: a investigação realizada de modo aberto, colaborativo e transparente, facilitando a partilha e a comunicação dos processos e resultados (dados, publicações e outros), é a forma mais eficiente de promover o avanço da ciência e a geração de novo conhecimento, maximizando o retorno do investimento que as nossas sociedades realizam no sistema científico. No entanto, apesar de ter vindo a ser promovida por governos, decisores políticos e entidades financiadoras de todo o mundo, esta forma de fazer investigação é muito diferente das práticas hoje predominantes, que se estabeleceram nos últimos 60 anos (Rodrigues, 2020, p. 264).

A história do movimento Ciência Aberta no mundo e no Brasil pode ser estabelecida com base em iniciativas de colaboração científica e no avanço tecnológico nas últimas décadas.

No cenário internacional, as origens da Ciência Aberta remontam às iniciativas de software livre e de informação de livre acesso, que emergiram nos Estados Unidos em meados da década de 1980. Um dos primeiros eventos a inaugurar a discussão sobre o acesso aberto foi a Convenção de Santa Fé, em 1999, que delineou estratégias como arquivamento e repositórios digitais. Foram propostos padrões para garantir a interoperabilidade entre sistemas e uma disseminação de informação mais abrangente, com o objetivo de disponibilizar um maior número de documentos eletrônicos (Bittar; Oliveira; Lopes-Cendes, 2025).

Já a Declaração de Budapeste de 2002 introduziu o conceito e as estratégias para o acesso livre a publicações científicas, fortalecendo o movimento acesso aberto. Em 2003, as declarações de Bethesda e de Berlim apresentaram os atributos para uma obra ser considerada de acesso livre, alinhando-se às propostas da Declaração de Budapeste e enfatizando a necessidade de publicação avaliada por pares para assegurar a qualidade. A Declaração de Berlim distinguiu-se pela ênfase no uso da internet como principal ferramenta para atingir os objetivos do movimento. A Declaração de Haia (2014) expandiu a discussão para além das publicações, abordando a questão dos dados abertos em meio digital e o envolvimento de diversas partes interessadas (Bittar; Oliveira; Lopes-Cendes, 2025).

O documento *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta*, publicado em 2022, forneceu um marco internacional para políticas e práticas de Ciência Aberta, reconhecendo as diferenças disciplinares e regionais e visando reduzir as exclusões digitais e de conhecimento. A UNESCO define a Ciência Aberta como um

construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional. Abrange todas as disciplinas científicas e todos os aspectos das práticas acadêmicas, incluindo ciências básicas e aplicadas, ciências naturais, sociais e humanas, e se baseia nos seguintes pilares-chave: conhecimento científico aberto, infraestrutura científica aberta, comunicação científica, envolvimento aberto dos atores sociais e diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento (Unesco, 2022, p. 7).

No Brasil, em 1998, o lançamento do Scientific Electronic Library Online (SciELO) marcou o início da trajetória nacional rumo à Ciência Aberta, oferecendo uma plataforma de periódicos científicos revisados por pares e disponível abertamente na internet. Em 2005, o manifesto do IBICT, em prol do acesso aberto, também foi um marco importante (Bittar; Oliveira; Lopes-Cendes, 2025).

Segundo Bittar, Oliveira e Lopes-Cendes (2025), nos últimos anos, o Brasil tem apresentado um crescimento relevante e um envolvimento ativo nas atividades de colaboração e disseminação do conhecimento sob os princípios da Ciência Aberta. Diversas iniciativas foram estabelecidas, principalmente por instituições de ensino e pesquisa. Em 2021, o grupo de trabalho da Rede Brasileira de Repositórios Institucionais de Dados de Pesquisa (RDP Brasil), em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o IBICT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), auxiliou no desenvolvimento e implementação de repositórios de dados de pesquisa, como o LattesData do CNPq, o Redape da Embrapa e o ArcaDados da Fiocruz. A Rede de Repositórios de Dados Científicos do Estado de São Paulo (2019) foi lançada para o compartilhamento de dados científicos desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento, incluindo universidades públicas e outras instituições. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) participa dessa rede através do Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (REDU).

O CNPq criou em março de 2022 o CoNCienciA, um acordo de cooperação para fomentar a criação e governança de repositórios de dados de pesquisa no Brasil, com o LattesData sendo um depósito de dados de pesquisas fomentadas pelo CNPq. Em 2024, a CAPES publicou a Portaria nº 120, que define as regras de pagamento de Taxas de Processamento de Artigos (APCs) para publicações em acesso aberto, visando apoiar a divulgação da produção científica brasileira em periódicos internacionais de alto impacto (Bittar; Oliveira; Lopes-Cendes, 2025).

No Brasil, existem exemplos de repositórios públicos com informações genômicas, como o Brazilian Initiative of Brazilian Medicine (BIPMed), criado em 2015 pela Unicamp com apoio da Fapesp, e o Arquivo Brasileiro Online de Mutações (ABraOM).

Essas iniciativas demonstram o compromisso nacional com o compartilhamento de dados científicos (Bittar; Oliveira; Lopes-Cendes, 2025).

A história dos movimento acesso aberto e Ciência Aberta é uma narrativa de resistência contra as limitações do sistema tradicional de comunicação científica e de

aproveitamento do potencial transformador das tecnologias digitais. Desde os primeiros repositórios de *e-prints* até as iniciativas formais como a BOAI, o movimento cresceu e se consolidou, impulsionando a abertura de publicações científicas em todo o mundo. A evolução para a Ciência Aberta representa um passo além, buscando a abertura de todo o ciclo de vida da pesquisa, com o compartilhamento de dados, metodologias e outros resultados.

Diante desse cenário, fica claro que a transição para a Ciência Aberta representa mais do que uma mudança técnica – trata-se de uma transformação profunda nos modos de produzir e compartilhar o conhecimento. Ainda que essa mudança desafie valores tradicionais, como a autonomia individual do pesquisador e os mecanismos de reconhecimento acadêmico, ela também abre espaço para avanços importantes. Ampliar o acesso ao saber, fortalecer redes de colaboração e promover práticas mais sustentáveis na pesquisa são apenas alguns dos benefícios possíveis. Para que esse caminho seja, de fato, promissor, é essencial manter um olhar atento às questões bioéticas e legais, assegurando que princípios como privacidade, equidade e autonomia continuem sendo respeitados em todas as etapas do processo científico.

Em consonância com o movimento global de Ciência Aberta e com a colaboração e a transparência nos processos de produção do conhecimento, surgem discussões e propostas para tornar a avaliação por pares um procedimento mais aberto. Assim, vamos explorar o conceito e as características da avaliação por pares aberta, apresentando as discussões sobre suas vantagens e desvantagens, com foco no contexto brasileiro. A compreensão desses aspectos é crucial para avaliar a viabilidade e os impactos potenciais da adoção dessa modalidade de avaliação em diferentes áreas do conhecimento no Brasil, como a da educação.

A avaliação por pares aberta é uma modalidade que busca tornar o processo de revisão científica mais transparente para a comunidade acadêmica. No entanto, não há uma definição única e padronizada dessa prática. Ela é frequentemente utilizada como uma expressão “guarda-chuva” que abrange uma série de inovações nos modelos de avaliação.

Campos, Lima e Gosling (2022) apontam que é uma prática crescente e diversificada, mas que abrange diferentes formatos de abertura (como identidades abertas, publicação de pareceres, participação pública e revisões interativas). Segundo Pedri e Araújo (2021, p. 4), a avaliação por pares aberta pode ser entendida como “qualquer sistema de revisão acadêmica que exponha as identidades do autor e do revisor, de forma restrita ou aberta ao público e em quaisquer etapas da comunicação científica”.

Essa flexibilidade na definição reflete as variadas formas como esse tipo de avaliação pode ser configurado e implementado, muitas vezes adaptado aos interesses e objetivos específicos dos periódicos ou das comunidades acadêmicas.

Segundo Maia e Farias (2021), a avaliação aberta vem ganhando relevância no debate acadêmico por propor maior transparência e engajamento no processo avaliativo, o que contribui significativamente para a elevação da qualidade dos manuscritos. Como afirmam as autoras, “a revisão aberta impacta na qualidade do manuscrito, resulta em avaliações melhores, mais construtivas, menos negativas e atua como uma alternativa para valorizar o trabalho voluntário dos avaliadores” (Maia; Farias, 2021, p. 5). Nesse sentido, além de potencializar o rigor e a objetividade das avaliações, essa modalidade também emerge como uma estratégia de reconhecimento à atuação crítica e qualificada dos avaliadores, muitas vezes invisibilizada no modelo tradicional de avaliação por pares.

Garcia, Silva e Silva (2022) postulam que a avaliação aberta é como uma resposta à crise de confiança nos processos científicos tradicionais, marcada por práticas pouco transparentes e vieses institucionais. Nesse sentido, busca-se ampliar a transparência e democratizar a crítica científica, tornando o processo mais justo e responsável. Os autores destacam que esse tipo de avaliação inclui práticas como a divulgação dos pareceres, a identificação dos revisores e o acesso público às etapas do processo editorial.

Contudo, a falta de clareza na definição e a variedade de conceitos e práticas ainda representam desafios para a consolidação da avaliação por pares aberta. Ross-Hellauer (2017), no artigo “What is open peer review? A systematic review”, investigou, por meio de uma análise bibliométrica, a evolução dos estudos sobre a temática, identificando os anos em que os conceitos de avaliação aberta foram mais discutidos na literatura. Segundo o autor, foi a partir da década de 1990 que o assunto ganhou impulso no meio acadêmico, com um pico de definições em 2015.

Nesse estudo, Ross-Hellauer (2017) conclui que não há uma definição específica para o conceito de avaliação por pares aberta e que, na realidade, há uma sobreposição de conceitos. Ele identificou 122 possíveis definições, das quais 110 incluem a noção de identidades abertas, 72 referem-se a pareceres abertos, 39 dizem respeito à participação aberta, 29 abordam a abertura prévia dos manuscritos antes da revisão, 25 tratam da interação aberta, 6 referem-se à versão final do manuscrito aberta a comentários e 2 abordam

plataformas abertas. A partir dessas definições, o autor estabeleceu sete características da avaliação por pares aberta:

1. identidades abertas: esta característica refere-se à avaliação em que autores e avaliadores estão cientes da identidade um do outro;
2. pareceres abertos: neste quesito, os pareceres da avaliação (completos ou resumos) são publicados junto ao artigo, promovendo transparência e valorização do trabalho dos avaliadores;
3. participação aberta: refere-se a permitir que a comunidade mais ampla contribua para o processo de avaliação;
4. interação aberta: permite e incentiva a discussão direta e recíproca entre autores e avaliadores e/ou entre os próprios avaliadores;
5. abertura prévia dos manuscritos: significa que os manuscritos são disponibilizados abertamente imediatamente (*preprints*) antes ou em sincronia com quaisquer procedimentos formais de avaliação por pares;
6. revisão ou comentários pós-publicação: possibilidade de o artigo continuar recebendo comentários e avaliações mesmo após sua publicação, com o auxílio de ferramentas digitais;
7. plataformas abertas: uso de plataformas externas ou de código aberto para conduzir a avaliação por pares, muitas vezes com incentivos e reconhecimento aos avaliadores. Neste caso, a avaliação é desacoplada da publicação, sendo facilitada por uma entidade organizacional diferente do local de publicação.

## Metodologia

O estudo realizado consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, conduzida por meio da análise de sites institucionais de periódicos da área de Educação. O objetivo principal foi mapear as políticas editoriais de periódicos selecionados, com foco na adoção dos princípios da Ciência Aberta e em suas particularidades nos periódicos de Educação vinculados a diferentes universidades brasileiras.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento de todos os periódicos indexados na plataforma SciELO pertencentes ao campo das Ciências Humanas. Esse levantamento

possibilitou a criação de tabelas de indicadores que permitiram identificar as informações relevantes concernentes à adoção dos princípios da Ciência Aberta.

Com base nesse primeiro filtro, realizou-se uma seleção cuidadosa dos periódicos que têm como foco principal a publicação de trabalhos na área da Educação. A coleta de dados foi feita através de consulta aos sites oficiais de cada periódico identificado, em que foram publicados os indicadores. Essa etapa envolveu analisar as seções normativas das revistas, especialmente aquelas voltadas para as diretrizes para autores, para entender melhor as exigências editoriais e o quanto estão alinhadas às práticas de Ciência Aberta.

Durante o processo, verificou-se que alguns periódicos não tinham suas normas editoriais atualizadas no site. No entanto, essas informações foram acessadas pela plataforma SciELO, que, em muitos casos, apresentava versões atualizadas das exigências para submissão. Essa etapa foi fundamental para garantir a precisão dos dados coletados. À medida que o levantamento avançava, ficou claro que alguns periódicos que inicialmente foram incluídos e não se encaixavam na área da Educação, seja pelo foco temático ou pelo escopo, foram excluídos das fases seguintes da pesquisa, para manter a coerência e a relevância da amostra analisada.

Após preencher a planilha com os dados coletados, foram criadas tabelas para facilitar a visualização das informações. Esses dados permitiram organizar quadros com indicadores e permitiram uma análise quantitativa dos periódicos.

### **Apresentação e análise dos dados**

A análise dos periódicos da área da educação, com base nos indicadores de qualidade relacionados à Ciência Aberta, revela avanços significativos em aspectos estruturais e normativos, mas também evidencia lacunas importantes em práticas editoriais mais recentes. Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram uma ampla adesão às diretrizes básicas da Ciência Aberta: 94% dos periódicos analisados adotam o modelo de publicação contínua e 90,9% disponibilizam licenças do tipo Creative Commons (CC-BY) em seus sites institucionais, refletindo um compromisso com a disseminação ampla e irrestrita do conhecimento.

Apesar dessa forte adesão, observa-se uma redução no percentual de periódicos que indicam explicitamente essa licença nos próprios artigos, com 68,2% dos títulos atendendo a

esse critério. Da mesma forma, 72,7% dos periódicos relatam o uso de softwares de verificação de similaridade, evidenciando uma preocupação com a integridade acadêmica e a prevenção de plágio. Em contrapartida, critérios relacionados a inovações tecnológicas e acessibilidade apresentam índices mais baixos. Apenas 27,3% dos periódicos sinalizam o uso de instrumentos ou práticas envolvendo Inteligência Artificial (IA), enquanto o mesmo percentual adota medidas voltadas à acessibilidade, indicando a necessidade de avanços em termos de inclusão e adequação tecnológica.

A presença em redes sociais, embora mais significativa (68,2%), ainda pode ser ampliada, considerando seu potencial de alcance e da comunicação com diferentes públicos. Já a análise dos indicadores apresentados na Tabela 2, voltados às diretrizes editoriais da Ciência Aberta, reforça tanto os avanços quanto os desafios enfrentados. Destaca-se que 68,2% dos periódicos mencionam ou apoiam a Ciência Aberta em suas políticas editoriais, e 72,7% aceitam a submissão de *preprints*, o que representa um sinal positivo quanto à flexibilização dos modelos tradicionais de publicação.

Práticas como a avaliação por pares aberta ainda enfrentam baixa adesão, com apenas 22,7% dos periódicos indicando sua adoção. Esse dado aponta para uma resistência à transparência nos processos de avaliação científica, aspecto central na consolidação de uma cultura editorial verdadeiramente aberta. Além disso, 40,9% dos periódicos analisados incentivam o compartilhamento de dados abertos e adotam o formulário SciELO como instrumento de padronização editorial, práticas que podem ser fortalecidas com apoio institucional e capacitação técnica. No entanto, somente 36,4% publicam o nome do editor associado ou de seção nos artigos, limitando a visibilidade e a responsabilização editorial, elementos importantes para a transparência e a credibilidade científica.

Verificou-se ainda que os dados analisados indicam que, embora os periódicos da área da educação apresentem avanços expressivos em aspectos estruturais da Ciência Aberta, ainda persistem desafios significativos no que tange à adoção de práticas editoriais mais inovadoras e inclusivas. O fortalecimento de políticas voltadas à transparência, ao uso de tecnologias emergentes e à acessibilidade pode contribuir para a consolidação de uma cultura científica mais democrática, ética e socialmente comprometida.

Para compreender o grau de aderência dos periódicos da área da educação aos princípios da Ciência Aberta, foram coletados e sistematizados dados sobre práticas editoriais

relacionadas à transparência, ao acesso aberto e ao uso de tecnologias. A Tabela 1 reúne os principais indicadores vinculados a aspectos estruturais da Ciência Aberta observados nos periódicos analisados.

**Tabela 1** – Indicadores de qualidade Ciência Aberta I

| <b>Indicador</b>                                   | <b>Sim (%)</b> | <b>Não (%)</b> |
|----------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Publicação contínua                                | 94,0%          | 4,0%           |
| Licença CC-BY no site                              | 90,9%          | 9,1%           |
| Licença CC-BY no artigo                            | 68,2%          | 31,8%          |
| Adoção de softwares de verificação de similaridade | 72,7%          | 27,3%          |
| Informação sobre Inteligência Artificial – IA      | 27,3%          | 72,7%          |
| Divulgação nas redes sociais                       | 68,2%          | 31,8%          |
| Medidas de acessibilidade                          | 31,8%          | 68,2%          |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

Complementando os dados apresentados anteriormente, a Tabela 2 contempla indicadores voltados a práticas editoriais que refletem o compromisso dos periódicos com a adoção de políticas mais inovadoras e colaborativas no contexto da Ciência Aberta. Esses indicadores abrangem temas como avaliação por pares, abertura de dados e menção a *preprints*, entre outros.

**Tabela 2** – Indicadores de qualidade Ciência Aberta II

| <b>Indicador</b>                                        | <b>Sim (%)</b> | <b>Não (%)</b> |
|---------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Publicação do nome do editor de seção no artigo         | 36,4%          | 63,6%          |
| Dados abertos: menciona e incentiva o compartilhamento? | 40,9%          | 59,1%          |
| Política Editorial inclui Ciência Aberta?               | 68,2%          | 31,8%          |
| Ciência Aberta: menciona e apoia                        | 68,2%          | 31,8%          |
| Adota avaliação por pares aberta?                       | 22,7%          | 77,3%          |
| Adota formulário SciELO                                 | 40,9%          | 59,1%          |
| <i>Preprints</i> : menciona e aceita                    | 72,7%          | 27,3%          |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

Como se vê, a Tabela 2 apresenta uma realidade mais heterogênea no que tange às práticas editoriais vinculadas à Ciência Aberta. Embora haja um número significativo de periódicos que mencionam ou apoiam a Ciência Aberta em suas políticas editoriais (68,2%),

práticas mais transformadoras, como a avaliação por pares aberta (22,7%) e a publicação do nome do editor de seção nos artigos (36,4%), ainda são pouco implementadas. O incentivo à abertura de dados (40,9%) também permanece incipiente, indicando um campo de aprimoramento fundamental para a consolidação de uma cultura científica mais colaborativa e ética.

Em síntese, os dados analisados indicam que, embora os periódicos da área da educação tenham progredido em aspectos estruturais da Ciência Aberta, persistem desafios importantes no que se refere à adoção de práticas editoriais mais inovadoras e inclusivas. O fortalecimento de políticas voltadas à transparência, ao uso de tecnologias emergentes e à acessibilidade pode contribuir decisivamente para a construção de uma ciência mais democrática, ética e socialmente comprometida.

### **Considerações finais**

Pretendeu-se com este artigo analisar de forma sistemática a adoção das diretrizes da Ciência Aberta por periódicos da área da Educação no Brasil, com ênfase especial nas práticas de avaliação por pares aberta. A pesquisa revelou avanços relevantes no campo normativo e estrutural desses periódicos, destacando-se a ampla adesão a políticas como publicação contínua (94%) e à disponibilização de licenças do tipo Creative Commons em seus sites institucionais (90,9%). No entanto, constatou-se que a incorporação de práticas mais inovadoras e inclusivas ainda ocorre de forma tímida, sobretudo no que diz respeito à avaliação aberta, presente em apenas 22,7% dos periódicos analisados.

A análise dos dados aponta que, embora os periódicos estejam gradualmente internalizando os princípios da Ciência Aberta – como a aceitação de *preprints*, o incentivo ao compartilhamento de dados e a adoção de ferramentas contra plágio –, práticas mais disruptivas, como o uso de Inteligência Artificial (IA) e a promoção da acessibilidade, ainda enfrentam barreiras significativas. Isso revela um descompasso entre o discurso institucional de apoio à Ciência Aberta e sua materialização concreta nas diretrizes editoriais e operacionais.

O estudo contribui para a área da Educação ao oferecer um mapeamento atualizado das práticas editoriais e ao promover uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades da transição para uma cultura científica mais ética, colaborativa e democrática. A análise

evidencia que, para além das mudanças técnicas, a consolidação da Ciência Aberta requer um reposicionamento ético e político dos atores editoriais e institucionais, bem como investimentos em capacitação, infraestrutura e políticas públicas que incentivem a transparência, a inclusão e a responsabilidade científica.

Como limitações, destaca-se o recorte metodológico voltado apenas a periódicos indexados na plataforma SciELO e focados na Educação, o que restringe a generalização dos resultados. Estudos futuros poderão ampliar a amostra, explorar outras áreas do conhecimento e aprofundar análises qualitativas sobre os sentidos atribuídos à Ciência Aberta por editores e avaliadores. Além disso, é urgente investigar os impactos da avaliação por pares aberta sobre a qualidade da produção científica e sobre as dinâmicas de reconhecimento acadêmico no Brasil. Tais investigações são fundamentais para subsidiar políticas editoriais mais inclusivas e para fortalecer a Ciência Aberta nas diversas áreas do conhecimento.

## Referências

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 6023**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

AUTRAN, Marynice Medeiros Matos; BORGES, Maria Manuel. Comunicação da ciência: (r)evolução ou crise? **Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**, v. 8, n. 2, p. 122-138, jun. 2014. DOI: 10.3395/reciis.v8i2.910.pt

BITTAR, Maria Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Thais Crippa de; LOPES-CENDES, Iscia. Ciência Aberta: O caminho para a democratização do conhecimento e a inovação colaborativa. **Ciência & Cultura**, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/ciencia-aberta-o-caminho-para-a-democratizacao-do-conhecimento-e-a-inovacao-colaborativa/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CAMPOS, Andréa Fraga Dias; LIMA, Leandro Cearenço; GOSLING, Marlusa de Sevilha. Revisão por pares aberta: práticas e definições. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-6658.2022.38993>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **CAPES, CNPq e Fapesp assinam protocolo de intenções com SciELO**. 1º ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-cnpq-e-fapesp-assinam-protocolo-de-intencoes-com-scielo>. Acesso em: 6 jun. 2025.

COSTA, M. P. DA .; LEITE, F. C. L. Open access in the world and Latin America: A review since the Budapest Open Access Initiative. **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 33-46, jan. 2016.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; SILVA, Fernanda Mirelle de Almeida; SILVA, Kleisson Lainnon Nascimento da. Avaliação aberta: quando, por que e para quem? **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 204-228, out./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2022v27n4p204>.

GUEDES FARIAS, G.; SANTOS, C. Avaliações de produções científicas: desafios e motivações de editores e avaliadores. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92858. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92858>. Acesso em: 1 set. 2023.

MAIA, Francisca Clotilde de Andrade; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Revisão por pares aberta: uma análise dos periódicos científicos indexados no Directory of Open Access Journals. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 1-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79506>.

MARQUES, Fabrício. Consórcio nacional assume gestão e financiamento da biblioteca SciELO. **Pesquisa Fapesp**, ano 25, n. 345, p. 26-29, nov. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/consorcio-nacional-assume-gestao-e-financiamento-da-biblioteca-scielo/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

NASCIMENTO, A. G.; ALBAGLI, S. Conceitos de Ciência Aberta no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1125>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PEDRI, Patricia; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Vantagens e desvantagens da revisão por pares aberta: consensos e dissensos na literatura. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 26, n. Especial, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78583>. Acesso em: 2 maio 2025.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**, v. 8, n. 2, p.153-165, jun. 2014 jun. DOI:10.3395/reciis.v8i2.946.pt

RODRIGUES, Eloy. A pandemia e a emergência da ciência aberta. In: MARTINS, M.; RODRIGUES, E. (ed.). **A Universidade do Minho em tempos de pandemia**: Tomo II: Re (Ações), v. 2, p. 263-294, 2020. [S. l.]: UMinho Editora. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.24.12>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ROSS-HELLAUER, T. What is open peer review? A systematic review. **F1000Research**, v. 6, p. 1-31, 27 abr. 2017. Version 1. F1000 Research Ltd. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/6-588/v1>. Acesso em: 1º set. 2023.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, jan./jun. 2016.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital e dados de pesquisa. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 67-71, 2016. DOI: 10.5380/atoz.v5i2.49708. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/49708>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SciELO – Scientific Electronic Library Online. **Crêterios, política e procedimentos para a admissãõ e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: SciELO Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20220900-criterios-scielo-brasil.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.